

Acerto com FMI deve ficar para 92

O próximo contato entre o Fundo Monetário Internacional e o governo brasileiro está marcado apenas para o fim do mês. Nessas circunstâncias, o acordo deixou de ser uma possibilidade prática para 1991, ainda que as dificuldades políticas que existem no momento para a adoção de uma política de estabilização no Brasil desaparecessem por intervenção divina.

A falta de perspectiva de um acordo com o Fundo num futuro previsível deve levar os bancos credores dos EUA, que detêm um terço da dívida e dominam o processo de renegociação, a propor ao Brasil um arranjo temporário, que lhes permita limpar os livros e voltar a contabilizar os pagamentos brasileiros como receita. Com o País ainda tecnicamente em moratória, os bancos americanos são obrigados a somar os pagamentos que recebem do Brasil como reserva.

Um acordo com o Brasil viria num momento em que a vulnerabilidade dos grandes bancos dos EUA se torna cada vez mais patente e força um movimento de consolidação do setor. Mas não é certo o apoio dos demais credores à idéia.

A proposta fere também a linha mestra que o presidente Fernando Collor estabeleceu para o entendimento com os credores no início do governo, segundo a qual o País deve fazer um acordo definitivo com os bancos. Contudo, considerando-se as más notícias da inflação e a perda de espaço do Executivo para levar à frente as reformas estruturais que se propôs, um acerto provisório com os bancos pode tornar-se politicamente atraente. Se acontecer, não será a primeira vez. Desde o início da crise da dívida, o Brasil já fez pelo menos três acordos provisórios com os bancos credores, sem contar os grandes acordos, de 1983 e 1988, que também se revelaram efêmeros.